

Eixo temático 3: Política e Gestão no Ensino Superior.

PESQUISA-AÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS NA INTERAÇÃO ENSINO-SERVIÇO EM SAÚDE: INTERROGAÇÃO À POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO.

Ricardo Burg Ceccim (ricardo@ceccim.com.br)

Departamento de Ensino e Currículo (DEC), da Faculdade de Educação (Faced),
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Raphael Maciel da Silva Caballero (rapha.caballero@gmail.com)

Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde, do Grupo Hospitalar Conceição
(Escola GHC), doutorando, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFRGS).

EducaSaúde – Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde,
Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

Resumo:

O trabalho buscou a identificação de metodologias e tecnologias para a interação ensino-serviço em saúde que possibilitassem o encontro da educação superior com o cotidiano por meio da educação permanente e da pesquisa-ação. Ambiciona-se a construção de uma singular política à Educação Continuada, prevista na legislação em Educação e em Saúde. As metodologias da pesquisa-ação crítico-colaborativa e da educação permanente em saúde demonstraram relevante papel e acolhimento após 36 meses de um projeto finalizado como “pesquisa-formação”. O objetivo foi desenvolver potenciais de sustentabilidade na interação ensino-serviço e na interação Universidade-Sociedade, assim como na integração Educação-Saúde. Conclui-se que estratégias pedagógicas e investigativas podem pertencer ao cotidiano do trabalho em Educação e em Saúde, aproximando docentes aos cenários de prática e redimensionando as formas agir dos trabalhadores pelo contato orgânico com o ensino.

Palavras-chave: políticas em educação continuada, pesquisa-ação crítico-colaborativa, educação permanente em saúde.

Introdução

O presente trabalho assinala a identificação de metodologias e tecnologias para a interação

ensino-serviço em saúde mediante os dispositivos pedagógicos da pesquisa-ação crítico-colaborativa (PIMENTA, 2005; THIOLENT, 1994) e da educação permanente em saúde (CECCIM, 2005a, 2005b, 2004). Uma *pesquisa-ação* buscou analisar a pertinência de metodologias pedagógicas que mobilizassem ensino e serviços de saúde e uma *prática de educação permanente* ensejou um processo formativo de introdução de práticas pedagógicas em serviços de saúde. Nesse sentido, foram desenvolvidos dispositivos metodológicos de educação permanente e de pesquisa-ação em serviços de saúde com potência para enfrentar os desafios postos na realidade contemporânea da gestão de sistemas e serviços na área da saúde. O trabalho ambicionava sublinhar a referência à inserção social dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, aludindo à lacuna na política nacional de educação de propostas, indicativos metodológicos ou instrumentos reguladores à Educação Continuada, prevista pelos documentos normativos em Educação. Como ousadia da Educação Continuada, sugerimos a pesquisa-ação e a educação permanente, tomando o campo de experimentação da saúde. O campo da saúde não é casual, posto que única política pública, na ordem social, constitucionalmente comprometida com a educação, ciência e tecnologia.

A pesquisa-ação e a educação permanente permitiram acoplar processos de *desenvolvimento institucional e produção de conhecimento científico-tecnológico* com o *desenvolvimento de coletivos para a autoanálise e autogestão do trabalho por locais/unidades de intervenção/atuação*, aumentando a implicação dos trabalhadores com os resultados e a qualidade do seu fazer profissional. A interação experimentada envolveu uma Faculdade de Educação, ou seja, enfatizou os componentes de conhecimento, metodologia e pensamento pedagógico e o Sistema Único de Saúde, como uma complexa rede de serviços. O trabalho registra a colaboração entre a Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o complexo de saúde Grupo Hospitalar Conceição, do Ministério da Saúde. Os acúmulos da experiência, desenvolvida entre 2010 e 2012 como pesquisa de produtividade junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq chegou, em 2013, ao projeto em rede colaborativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como o Ministério da Saúde designado por SUS Educador.

Realizou-se por dois anos (e ainda segue) a intervenção investigativa e a formação de quadros profissionais em ambientes do cotidiano do trabalho em saúde. Assim, promoveu-

se cenários e conteúdos à interação ensino-serviço, bem como ações transformadoras da realidade. Isso se deu por meio de uma dupla tarefa: mediante a educação de trabalhadores e de gestores e mediante a inserção de políticas educativas no interior da condução dos processos de trabalho. As teorias de educação informaram a pesquisa-ação, convertida em pesquisa-formação, e implementaram a educação permanente, assumida como construtivismo pedagógico do trabalho.

Objetivos

O trabalho teve como objetivo introduzir e desenvolver sustentabilidade na interação ensino-serviço e na integração Educação-Saúde experimentando e avaliando instrumentos, métodos e técnicas de pesquisa-ação. Também objetivou desenvolver a educação permanente articulada à pesquisa-formação, gerando quadros “altamente informados ou qualificados” ao longo da investigação científica, e a integração Universidade-Sociedade, que gera conhecimentos e práticas em “comunidades científicas ampliadas” (pesquisa participante; em associação; em rede).

Pretendia-se sustentar intelectualmente a construção de novas abordagens e proposições metodológicas às práticas de ensino-aprendizagem e a criação de novas abordagens e proposições metodológicas sobre as práticas de investigação e reflexão orientadas à educação em saúde. Buscava-se identificar processos que auxiliassem a análise do trabalho em saúde pela interação com a Educação, assim como identificar a potência de estratégias pedagógicas para ativar micropolíticas, subjetivações, protagonismo, implicação e (re)invenção de atores e de coletivos em consonância com os valores da integralidade e humanização em serviços de saúde da rede SUS. Por fim, intencionava-se produzir reflexões teóricas que sustentassem a escuta, a observação das intensidades e sensibilidades vividas por trabalhadores e usuários nas redes de atenção em saúde, produzindo indicadores de Educação para a integração ensino-serviço.

Metodologia

A prática de campo envolveu a composição de uma Comunidade Científica Ampliada – CCA, nos termos de Schwartz (2000). A CCA (composta por pesquisadores da universidade e dos serviços de saúde), por meio da modalidade de pesquisa-ação, tornou possível uma atuação-reflexão *sistemática e sistematizadora* junto com os operadores reais

do cotidiano de uma rede de serviços que integra um *complexo de saúde*. O *complexo de saúde*, Grupo Hospitalar Conceição, do Ministério da Saúde, corresponde a uma rede de serviços: são 11 Unidades Básicas de Saúde; 02 Centros de Atenção Psicossocial; 01 Consultório de Rua; 01 hospital geral; 01 hospital de pronto socorro; 01 hospital da criança; 01 hospital da mulher; 01 Serviço de Internação e Acompanhamento Domiciliar; Centros de Terapia Intensiva e Centro Obstétrico vinculados aos serviços hospitalares; serviços da área administrativa e de apoio em internação e ambulatório na assistência médico-sanitária integrada. A CCA foi um projeto e uma comunicação especiais da Faculdade de Educação com a Gerência de Gestão do Trabalho, Educação e Desenvolvimento e a Gerência de Ensino e Pesquisa, ambas convergindo, ao longo da intervenção, em **Escola GHC – Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde**. Esse *complexo* permitiu contemplar a diversidade de serviços de saúde que integram a rede SUS sem necessidade de diversificar protocolos de aproximação com a realidade, multiplicar fluxos de credenciamento de pesquisadores da universidade e proliferar desnecessariamente a composição de Comunidades Científicas Ampliadas ou Comunidades Ampliadas de Pesquisa.

A pesquisa-ação e a educação permanente aconteceram concomitantemente a um processo de intervenção e formação que reuniu Escola GHC (sua prospecção como instância educativa no complexo de saúde), Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde (com preceptores de programas de residência médica e em área profissional da saúde) e Formação Integrada Multiprofissional em Educação e Ensino da Saúde (com docentes na Escola GHC). A pesquisa-ação e a educação permanente em saúde envolveram pesquisadores em produtividade e em formação do Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pertencentes ao estudo científico-acadêmico da área de Educação. Também envolveram pesquisadores que são trabalhadores do cotidiano, provenientes das equipes docente, de condução ou de apoio institucional da hoje Escola GHC, abrangendo aproximadamente sessenta pessoas consideradas como Comunidade Científica Ampliada. O trabalho estendeu-se por 36 meses, no período de outubro de 2009 a outubro de 2012. Configurar-se-iam, assim, os atores estratégicos na construção de cenários que propiciassem a reflexão de conjunto, o aprofundamento da interpretação de recursos institucionais e profissionais para qualificar a gestão, a atenção e a participação

em saúde, bem como a integração ensino-serviço com a pesquisa e ensino nos serviços de saúde.

Considerando a peculiaridade da proposta pedagógica e investigativa – envolvendo formação e produção de conhecimento por meio da problematização de práticas, saberes, experiências e vivências –, as metodologias da pesquisa-ação e educação permanente representaram intervenção, formação e produção de conhecimento, deixando atores preparados para o ensino e a pesquisa nos atos da intervenção.

Selma Garrido Pimenta denomina *pesquisa-ação crítico-colaborativa* a forma de pesquisa qualitativa interventiva associada à formação de sujeitos que participam das observações do pesquisador. Essa perspectiva contempla a implicação dos atores sociais no processo, que contribuem na formulação das conclusões “partilhando e contribuindo do conhecimento produzido, constituindo-se também eles pesquisadores e autores das mudanças” (PIMENTA, 2005, p. 529). Ação e investigação são concebidas e desenvolvidas ao longo de um processo que vai se construindo em espirais de reflexão e ação, conformando a produção do conhecimento a cada nova compreensão para pensar em estratégias de ação. Durante o processo investigativo e formativo foram utilizadas metodologias dinâmicas para estimular o protagonismo, a crítica e a participação ativa para o desenvolvimento das reflexões. As referências, instrumentos, ferramentas analíticas e educativas foram sendo pactuadas ao longo da ação como os caminhos a percorrer.

As atividades de campo foram desenvolvidas por meio de encontros em roda, havendo momentos de comunicação virtual em “comunidades de prática”. Para estas foram providenciados ambientes na Internet, estudos orientados, seminários com consultores, atividades em rede com outros núcleos de educação e produção pedagógica em saúde e abertura de seminários de Prática de Pesquisa em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Nessa direção, a pesquisa-ação foi estratégica para pensar e analisar metodologias de ancoragem dos processos de investigação e ensino em serviço.

No final de cada “etapa-processo” investigativa e formativa foi produzido um relatório avaliativo sobre as potencialidades dos processos pedagógicos e das metodologias/dispositivos utilizados na implementação da Educação Permanente em Saúde e da Pesquisa-Ação Crítico-Colaborativa em Serviços de Saúde. Materializava-se o desafio

político da educação em prover a integração ensino-serviço, em efetuar a educação continuada e em afirmar a interação Universidade-Sociedade. O que se detecta é disparador para políticas de gestão da educação em intersetorialidade, pelo menos no caso da saúde, onde, de acordo com Lei, é exigência social.

Resultados

O trabalho contribuiu para o reconhecimento da potência de produção de autoanálise e de autogestão no/do cotidiano como geradoras de protagonismo, implicação e melhoria da qualidade do trabalho. Sublinha-se a emergência, nesta experiência, de algo que se aproxima de uma política da educação no trabalho ou política do trabalho com sustentação na educação, via educação permanente e pesquisa-ação. O engajamento dos trabalhadores foi crescente, expresso especialmente na sua capacidade de leitura e interpretação do trabalho.

Consideramos auspicioso o desenvolvimento de instrumentos, métodos e técnicas para o ensino e a pesquisa em serviços de saúde. Se é atribuição do SUS (BRASIL, 1988) o ordenamento da formação de quadros para o setor e o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, esta investigação-formação colocou em condições de reprodução acadêmico-intelectual dispositivos para um cotidiano de ensino e pesquisa. O ensino – com recursos de educação permanente em saúde e integração ensino-serviço – e a pesquisa – com recursos de pesquisa-ação e produção de conhecimento crítico-colaborativo – colocaram o trabalho como lugar sempre inacabado e de constante criação. Também configuraram a educação como de território de práticas e estudo sobre como podem ser conduzidas novas abordagens teórico-metodológicas no sistema de saúde e como a educação superior pode comprometer-se com o cotidiano, sem redução de seu fazer altamente acadêmico e comprometido com a produção de saberes. A integração Ensino-Serviço em Saúde como interrogação às políticas nacionais de educação e de saúde culminou em uma importante mudança de posição: **da** expectativa de políticas federais de financiamento ou incremento de pessoal ou, então, de premiação ou ranqueamento qualitativo ou normativo, **para** práticas locais de interação ensino-serviço, ousadia nas invenções de colaboração Educação-Saúde e relevante integração Universidade-Sociedade, experimentando, desenvolvendo e avaliando instrumentos, métodos e técnicas de “pesquisa-formação”.

A legislação educacional brasileira, em texto ou em contexto, assevera a necessidade de políticas para a Educação Continuada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) fala da necessidade de articulação da educação profissional com o ensino regular por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Além disso, lembra da necessidade de programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis e aponta claramente para a necessidade de incentivo, pelo Poder Público, ao desenvolvimento e veiculação de programas de educação continuada. A legislação nacional destinou apenas ao setor da saúde, entre todas as políticas públicas, a obrigação de integração com a Educação. A Lei Orgânica da Saúde (1990) refere que a política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada com a organização de um sistema de formação incluindo todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, elaborando programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal. Para essa Lei, os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.

Um produto relevante da pesquisa-ação e educação permanente, aqui apresentadas, foi a compreensão das dificuldades a se enfrentar que possam afastar a formação, a gestão, a atenção ou o controle social dos valores da integralidade, humanização e participação social. Houve a aposta na perspectiva de romper com as formas normativo-prescritivas nos processos de ensinar-aprender e com as formas padronizado-replicativas de pesquisar-conhecer.

Ocorreu a experiência da problematização *do* e *no* trabalho, trazendo como consequência a geração de interrogações ao trabalho e a evocação de outras racionalidades para além de uma combinação de temas, noções e ferramentas. Nessa dimensão, a pesquisa-ação possibilitou como resultado a produção de conhecimentos *experimentados* (não *observados*) sobre instrumentos, métodos e técnicas (metodologias) para “engendrar” formas de cultura institucional.

Os produtos gerados nos processos formativos que sustentaram a pesquisa-ação foram: qualificação da gestão colegiada e participativa; mudança nos processos de gestão; mudança nos processos de trabalho; protagonismo dos trabalhadores; implementação de núcleos de fomento e desenvolvimento de ações de educação permanente; abertura de

campo de intervenção aos estudantes de graduação e pós-graduação; construção de instrumentos originais de registros das práticas e estratégias de escuta do trabalho que singularizam os trabalhadores.

Análise e Discussão

A área da saúde no Brasil é uma das que mais imprimiu avanços constitucionais em direção à construção da cidadania, configurando um contexto de desafios – e também de conquistas – permanentes, tanto no patamar político como nos patamares ético e tecnológico. Mantém, portanto, um debate permanente quanto à *incorporação de tecnologias, desenvolvimento de processos e métodos e orientação pela integralidade* que, efetivamente, levem em conta a construção de um sistema de saúde com capacidade de melhor atender as necessidades de seus usuários sem perda na humanização do atendimento e sem risco de tecnologização em detrimento das pessoas sob cuidado (Mattos, 2001). Deve, para tanto, priorizar o desenvolvimento dos trabalhadores e a participação dos usuários. O que se percebe é que, não obstante ter conseguido muitos avanços no caminho da ampliação do acesso às ações e serviços de saúde, o Sistema Único de Saúde ainda carece de inovações relativas ao ensino e pesquisa em serviço. Isso é necessário para que se alcance de maneira “coautoral” (Saúde e Educação), uma abordagem qualificada e uma prática interdisciplinar, nas quais as instituições de ensino sejam parceiras orgânicas (do cotidiano e não da ciência afastada da realidade viva).

Várias estratégias têm sido ativadas no sentido da concretização do Sistema Único de Saúde. Entre elas, destacam-se aquelas que se dedicam a pensar em dispositivos e processos de desenvolvimento institucional e de produção de conhecimento científico-tecnológico em aproximação com as dimensões éticas e estéticas da vida e do trabalho. É o caso da vertente da Educação Permanente em Saúde, que emerge como contra-hegemonia aos processos formativos e às práticas de atenção e de gestão reducionistas que têm impedido práticas condizentes à complexidade do sistema de saúde (uma profusão de treinamentos e especializações biologicistas, tecnicistas, instrumentais). Tanto o despreparo dos profissionais de saúde (derivado das restrições de seus processos formativos que historicamente pautaram-se pela concepção medicalizadora e pela racionalidade da atuação procedimento-centrada) quanto as dificuldades dos processos gestores em democratizar as relações de trabalho (ao orientarem-se por modelos gerenciais

que não conseguem aproximar-se dos cotidianos vivos do trabalho) têm sido fatores constrangedores da produção do cuidado integral em saúde.

A educação permanente e a pesquisa-ação foram recomendadas no âmbito da aprovação de um projeto de produtividade em pesquisa acolhido pelo CNPq e pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Emergiu daí uma vertente pedagógica como dispositivo para transformar os processos formativos e as práticas de saúde, tendo como horizonte um trabalho articulado entre educação e saúde, ensino e serviço, universidade e sociedade.

Tratou-se de uma estratégia de busca pela construção de políticas no campo da formação e do desenvolvimento dos profissionais, na perspectiva da ampliação da qualidade do trabalho de gestão e de atenção à saúde, desafiando os gestores a desenvolverem arranjos e estruturas organizativas à pesquisa e ao ensino implicados com o cotidiano. Se por um lado, a educação permanente em saúde se propõe, como vertente pedagógica, ao ensino como parte do trabalho ou à assunção do trabalho como princípio educativo, por outro é a pesquisa-ação que se propõe à interpretação do trabalho como formulador de tecnologias e estratégia de saberes sistemáticos sobre necessidades em saúde, resolutividade da atenção, satisfação dos usuários e desenhos criativos de gestão.

Embora os acúmulos no caminho da construção da educação permanente e da pesquisa-ação, os esforços para a sua implementação caem em contradição. Em diversos sistemas e redes de saúde brasileiros o que se evidencia é o privilégio das formas de ensino e desenvolvimento (treinamento e capacitação) centradas no aprendizado do diagnóstico-prescrição ou habilidades-procedimento. Isso reduz as possibilidades de investir/instituir o *aprender a aprender* e de tornar os trabalhadores construtores ativos de cotidianos vivos à pesquisa, à aprendizagem e ao desenvolvimento institucional e profissional.

A pesquisa-ação e a educação permanente em saúde colocam possibilidades ao desenvolvimento de protagonismos e implicação ético-política no agir e pensar do trabalho, conforme problematizam Merhy (2005) e Ceccim (2005b). As perspectivas da pesquisa-ação e da educação permanente em saúde deixam claro que não é apenas a dimensão de continuidade ao processo educativo e a permanência do aprender que irão conferir mudanças nos processos de trabalho e nas práticas de saúde para a melhoria da

qualidade do cuidado, da gestão e do acesso aos serviços de alta resolubilidade. Faz-se necessária uma dimensão de implicação e de autoria, também de convocação ao protagonismo e de abertura à criação *em ato*. Desponta a necessidade de formulação de conceitos da área da Educação para agregar suporte técnico-científico à área da Saúde.

A Educação Permanente e a Pesquisa-Ação densificam – pela apropriação crítico-colaborativa na realidade – os sentidos e as possibilidades dos atributos constitucionais do SUS de *ordenar a formação de quadros da saúde* e de *desenvolver a pesquisa científico-tecnológica em serviços de saúde*. Cabe agregar que a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, pactuada entre os gestores do setor para 2013 teve forte participação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constituindo-se em referência nacional no estudo e pesquisa relativos ao trabalho na saúde, via componente de formação e desenvolvimento, integração ensino-serviço, interação Universidade-Sociedade ou articulação Educação-Saúde.

Um conjunto de temas *intercessores* ficaram em aberto para as ações educativas, no sentido de extrair-lhes compreensões reflexivas do trabalho em saúde:

- trabalho em equipe;
- modelos de trabalho em saúde e linhas do cuidado no atendimento integral (atenção humanizada);
- rede de conversações como dispositivo para o trabalho e interação com os movimentos sociais;
- gestão colegiada e participativa do trabalho e da rede assistencial da saúde;
- planejamento estratégico e situacional;
- gestão da Educação Permanente em Saúde e Pesquisa-Ação Crítico-Colaborativa em Serviços de Saúde;
- avaliação da Educação Permanente e da Pesquisa-Ação Crítico-Colaborativa.

Conclusões

Como pesquisa, o trabalho levado a campo buscou construir metodologias e analisar sua pertinência *pari passu* com a execução de processos reais de educação permanente em saúde e pesquisa-ação para a construção de instrumentos, métodos e técnicas de educação

em serviço para a rede SUS. A pesquisa-ação se fez no percurso de um processo formativo em “práticas pedagógicas em serviços de saúde” e “formação integrada multiprofissional em educação e ensino da saúde” que tomaram em questão o desenvolvimento de coletivos de gestão por local de atuação/intervenção em uma rede institucional integrante do SUS. O grande objetivo foi chegar a uma formulação responsável entre legislação em educação e legislação em saúde que culminasse em políticas relativas à “educação continuada”: sugerimos a educação permanente em saúde e a pesquisa-ação crítico-colaborativa em serviços de saúde. O “em saúde” marca a legislação da saúde, remetida ao encontro entre políticas de educação e políticas de saúde.

A mudança nas práticas de saúde têm exigido modelos de ensino-aprendizagem no território dos serviços de saúde que ultrapassem as propostas educativas prescritivas, normalizadoras e tecnicistas. Pensar nessa perspectiva exige reconhecer que o problema não reside em aderir discursivamente a concepções pedagógicas interacionistas e construtivistas; mais do que isso, exige construir e experimentar com os próprios operadores do trabalho na saúde, novas formas pedagógicas com a capacidade de abordar e “tocar” o cotidiano, de maneira a desnaturalizar a realidade.

A educação permanente é uma prática pedagógica e uma proposta de ensino-aprendizagem integrada ao trabalho que propõe a interseção das práticas pedagógicas com as práticas cotidianas do trabalho. Assim, configura-se como pedagogia que almeja interrogar/problematizar o próprio trabalho e as concepções que organizam as práticas profissionais objetivando desenvolver a gestão colegiada e participativa, a construção de estratégias tecnoassistenciais comprometidas com a afirmação e a defesa da vida¹, a construção de linhas do cuidado na atenção, o trabalho em equipe e a construção de redes de conversações para uma atenção integral e resolutiva em saúde. Desse modo, acreditamos que faz frente a outras propostas educativas que historicamente não têm conseguido imprimir resultados satisfatórios nessa direção.

O desenvolvimento das ações de trabalho não são resultado das conquistas normativas, mas sim das conquistas dos atos de trabalho, conforme defendem Ceccim et. al. (2007),

¹ As formulações com a designação afirmação da vida e defesa da vida estão referidas respectivamente às construções teóricas de Ricardo Burg Ceccim (2006a, 2006b, 2004) e Emerson Elias Merhy (2005, 2004, 1997).

apoiando-se em Schwartz (2000). Os autores explicam que, ao produzir conhecimento pela *atividade*, se exerce a cooperação transdisciplinar numa dinâmica orgânica e criativa, produtora de novos saberes e de novas formas de saber. Pois quaisquer indivíduos são portadores de conhecimento e, ao terem valorizados seus saberes, podem transformar sua situação individual e situações coletivas de trabalho. A noção de *atividade* e de *atores em atividade de si e de trabalho* confere ao trabalho não a dimensão de tarefa ou exercício identitário de profissões, mas a dimensão de produção subjetiva, individual e coletiva, presente em operadores humanos das ações de trabalho.

Dessa maneira, constatar estratégias pedagógicas e investigativas em ação capazes de redimensionar formas de refletir e agir nos cenários de prática em saúde permitiram contribuir com o esforço de adensamento metodológico, no interior do SUS, sobre a aprendizagem e a pesquisa pensando o próprio trabalho em ato, com os próprios operadores, em coletivos de atores implicados com as transformações sociais na saúde.

A pesquisa-ação e a educação permanente em saúde permitiram acoplar processos de desenvolvimento institucional e produção de conhecimento científico-tecnológico com o desenvolvimento de coletivos em serviço. Implicaram a intervenção investigativa em realidades concretas e a gestão de mudanças em cenários sociointerativos reais, elevando capacidades institucionais, sensibilizando coletivos ampliados de atores vinculados tanto às instituições de ensino como aos cenários de serviço, tendo em vista a integração ensino-serviço em saúde.

Conclui-se, portanto, que houve a inter-relação estreita e altamente produtiva da pesquisa-ação crítico-colaborativa quando articulada à educação permanente em saúde para prover o que a política educacional designa por Educação Continuada. Por um lado, a pesquisa-ação usou do trabalho de pesquisadores em produtividade e em formação para gerar uma inteligência sobre processos e métodos operados em transformações sociais ou com coletivos de atores implicados. Por outro, a educação permanente usou da formação em serviço para gerar capacidades técnico-científicas ou pedagógico-educativas em realidades de trabalho cotidiano. Isso produziu um eixo de interface Educação–Saúde como possível política e gestão no ensino superior: a pesquisa-ação e a educação permanente como desenvolvimento e mobilização de capacidades institucionais na interação ensino-serviço em saúde proporcionada pelos cursos de graduação e programas de pós-graduação em

cumprimento de seu desafio de inserção social consequente à educação por toda a vida de trabalhadores críticos, comprometidos, capazes tecnicamente e responsáveis eticamente pelos resultados de seu fazer profissional, institucional e coletivo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.080/90** – Lei Orgânica da Saúde, de 19 de setembro de 1990.

CECCIM, Ricardo Burg. *Onde se lê “recursos humanos de saúde”, leia-se “coletivos organizados de produção da saúde*. Desafios para a educação. In: Pinheiro R. e Mattos RA (Org.). **Construção social da demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Rio de Janeiro: Hucitec: ABRASCO, 2005a. p. 161-180,

CECCIM, Ricardo Burg e FERLA, Alcindo Antônio. *Educação Permanente em Saúde*. In: Pereira, I.B. e Lima, J.C.F. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV. 2006a. p. 107-112,

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. *O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social*. In: **Physis**: Rev. de Saúde Coletiva 14 (1), 2004. p. 41-65,

CECCIM, Ricardo Burg et al. *Autogestão no trabalho com/em equipes de saúde: estudantes agindo o Sistema Único de Saúde*. In: Roseni Pinheiro; Maria Elizabeth Barros de Barros; Ruben Araujo de Mattos. (Org.). **Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade**: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007, p. 179-204.

CECCIM, Ricardo Burg et. al. *A formação de profissionais orientada para a integralidade e as relações político-institucionais na saúde: uma discussão sobre a interação ensino-trabalho*. In: PINHEIRO, Roseni; CECCIM, Ricardo Burg e MATTOS, Ruben Araujo de (Orgs.). **Ensinar saúde**: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/Uerj:Abrasco, 2006b. p. 153-178,

CECCIM, Ricardo Burg. *“Um sentido muito próximo ao que propõe a educação permanente em saúde”!* O dever da educação e a escuta pedagógica da saúde. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 11, n. 22, 2007. p. 358-361,

CECCIM, Ricardo Burg. *Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário*. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 9, n. 16, 2005b. p. 161-177.

MATTOS, Ruben Araujo de. *Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos*. In: Pinheiro R. e Mattos RA (Org.). **Os Sentidos da Integralidade**: na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, p. 39-64, 2001.

MERHY, Emerson Elias et al. *Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em*

saúde: a informação e o dia a dia de um serviço, interrogando e gerindo trabalho em saúde. In: Merhy, E. E.; Onocko R (Orgs.). **Agir em saúde**: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 113-150,

MERHY, Emerson Elias. *O conhecer militante do sujeito implicado*: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: Franco, T. B., Peres, M. A. A., Foschiera, M. M. P. e Panizzi, M. (Orgs.). **Acolher Chapecó**: uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho. São Paulo: Hucitec; Chapecó, SC: Prefeitura Municipal, 2004. p. 21-46.

MERHY, Emerson Elias. *O desafio que a educação permanente tem em si*: a pedagogia da implicação. In: **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 9, n. 16, 2005. p. 172-174.

PIMENTA, Selma Garrido. *Pesquisa-ação crítico-colaborativa*: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n.3, 2005. p. 521-539.

SCHWARTZ, Yves. *Trabalho, a Comunidade Científica Ampliada e o regime de produção de saberes*. In: **Trabalho e Educação**. Revista do Nete/UFMG, Belo Horizonte, n. 7, 2000. p. 38-46.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1994.